

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS- SESA
FACULDADE AMADEUS
CURSO DE PEDAGOGIA**

MÍRIAM ALMEIDA SILVA

ENSINO À DISTÂNCIA: UM BREVE ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

**Aracaju SE
2015**

MÍRIAM ALMEIDA SILVA

ENSINO À DISTÂNCIA: UM BREVE ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Artigo científico apresentado à Faculdade Amadeus como trabalho de Conclusão de Curso e requisito básico para obtenção do Grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Jussara Maria Viana Silveira.

**Aracaju SE
2015**

MIRIAM ALMEIDA SILVA

ENSINO À DISTÂNCIA: UM BREVE ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Artigo de conclusão de curso apresentada ao Curso de Pedagogia da Faculdade Amadeus como requisito parcial à conclusão do curso.

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Jussara Maria Viana Silveira (orientadora)

Profa. Ma. e doutoranda Carla Daniela Kohn

Prof. Esp. Williams Santos (Coordenador do Curso de Pedagogia)

Aprovada com nota 8,0

**ARACAJU-SE
2015**

ENSINO À DISTÂNCIA: UM BREVE ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Miriam Almeida Silva¹

Profa. Dra. Jussara Maria Viana Silveira²

RESUMO

Uma análise conceitual da Modalidade do Ensino a Distância se torna fundamental para uma maior compreensão do leitor. Desta feita o decorrer do trabalho evidencia o uso da metodologia de ensino- aprendizagem, observação e prática de tutoria em EAD, apresenta os caminhos trilhados por profissionais que lidam com a delicada tarefa de orientar, motivar e avaliar seus alunos remotamente, por meio do uso das tecnologias, ou seja, proporcionar ao discente um direcionamento crítico, além de promover um entretenimento do assuntos abordado em seu cotidiano. Contudo o trabalho enfatiza por meio de correntes teóricas que o processo de aprendizagem deve ir muito além de simples leituras, porém oportunizar um processo de absorção de forma prazerosa e entusiástica.

Palavras-Chave: Aulas não presenciais. Educação à Distância. Formação Profissional.

ABSTRACT

A conceptual analysis of the Distance Education mode becomes fundamental for a better understanding of the reader. This time the course of the study shows the use of the methodology of teaching and learning, observation and practical tutoring in distance education, shows the paths trodden by professionals who deal with the delicate task of guiding, motivating and evaluating their students remotely through the use technology, that is, provide the student a critical targeting, and promote an entertainment matters addressed in their daily lives. However, the work emphasizes through theoretical currents that the learning process should go far beyond simple readings, however a process of absorbing pleasant and enthusiastic way.

Keywords: Non-contact classes. Distance education. Professional qualification.

¹ SILVA, Miriam Almeida. Graduanda do Curso de Pedagogia da Faculdade Amadeus.

² SILVEIRA. Jussara Maria Viana. Professora Doutora em Educação. Atua como docente efetiva da faculdade Amadeus no curso de Pedagogia. E-mail: aju.ju@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2055679367399573>

1. INTRODUÇÃO

“Não há vida sem correção, sem
retificação”

Paulo
Freire

Diante da crescente modificação da rotina familiar que vem refletindo ativamente na sociedade, surge o ensino a distância. Essa modalidade de ensino surgiu em decorrência da necessidade social de proporcionar educação à boa parte da população que não possui tempo suficiente para administrar educação, família, trabalho dentre outras atividades. É nessa perspectiva que surge essa importante ferramenta para democratização do ensino superior.

Após essa observação se fez necessárias pesquisas e estudos, obtendo informações que proporcionem o equilíbrio, pensando sempre no presente e futuro da humanidade. Para entender a Educação a Distância (EAD) atualmente, necessitamos conhecer seu histórico: sua origem, seu passado, sua evolução, e, conseqüentemente, seus desafios, suas possibilidades atuais e suas implicações.

Sabe-se que o acesso à educação é uma condição essencial para a conquista da cidadania plena que é de direito de todos, e que a segregação gera os grandes atritos sociais, prejudicando a plenitude do desenvolvimento humano. Assim surgem questionamentos sobre se realmente esta metodologia esta sendo significativa, se propõe um processo de ensino e aprendizagem, se irá minimizar o problema de pessoas que não têm condições de frequentar as Instituições de forma presencial.

Ao contrário do auto-estudo espontâneo e individual, e de aulas particulares, a EAD é uma modalidade de ensino aprendizagem que precisa ter apoio e ser planejada por uma Instituição de ensino. Uma das grandes dificuldades de se desenvolverem atividades de informática numa instituição é a falta de acompanhamento e a supervisão da aprendizagem dos discentes. Pois na maioria dos casos, os projetos vêm prontos e não supõem discussão, diagnóstico, nem

conhecimento e muitas instituições acreditam que a simples produção de um conteúdo seja a sua única função educacional.

As problemáticas que giram em torno de um curso em EAD é a falta de conhecimento e credibilidade associado ao forte pensamento ultrapassado que existe na sociedade, com a ideia de não querer substituir o antigo modelo de aprendizagem “presencial” que ainda persiste na mentalidade de algumas pessoas, um outro fator seria a falta de afinidade com computadores ainda existente em nosso meio. Se não estiver claro o projeto pedagógico e em qual modalidade a EAD estar inserida será de difícil interação entre o tempo e espaço, professores e alunos.

A proposta desta pesquisa é dita pelo fato de discussão se este método de educação é eficaz, quais as propostas pedagógicas em relação à EAD e a sua importância para a formação dos discentes. Justifica-se a presente pesquisa, pois apesar de vivemos em uma sociedade exigente de informação, na qual palavras como “livro”, “jornal”, “tecnologia”, “computador” e “internet” fazem parte do vocabulário da maioria das pessoas, e apesar de toda essa explosão documentária, o acesso ao mundo letrado, tanto impresso quanto online, ainda é restrito.

Este trabalho propõe uma reflexão sobre o método de EAD e em como está sendo aplicada atualmente, qual a sua contribuição e importância para o ensino? Quais os problemas apresentados no desenvolvimento desta modalidade? Como objetivo geral buscou-se discutir concepções e metodologias do professor de EAD refletindo na aprendizagem dos discentes, e como objetivos específicos descrever o Ensino a Distância (EAD); Analisar a importância e contribuição dessa modalidade EAD; Identificar as dificuldades do professor em trabalhar com a EAD.

Como metodologia escolheu-se a Pesquisa Bibliográfica para construção desse artigo. A pesquisa bibliográfica é o passo inicial para iniciar uma investigação científica, de acordo com a escolha de um assunto é preciso fazer uma revisão bibliográfica do tema abordado. A pesquisa escolhida auxiliou na escolha do conhecimento na autenticidade do estudo aqui apresentado. (SANTOS, 2001).

Pretende-se, com esta pesquisa bibliográfica, analisar a maneira como os conteúdos acadêmicos são trabalhados na modalidade de Educação a Distância,

buscando aprimoramento da metodologia aplicada pelo educador com recursos que envolvem ferramentas tecnológicas que relacionem a teoria à prática, tornando o conhecimento muito mais compreensível para o educando.

A investigação consiste na busca e apresentação de literaturas que tratem do Ensino a Distância e sua aplicação, sendo que o método utilizado será a pesquisa bibliográfica, por meio de visitas a bibliotecas públicas, universitárias de Aracaju e outros recursos disponíveis (arquivos digitais, internet, publicações, revistas, etc.).

É possível observar que este tipo de pesquisa promove uma análise descritiva da forma como é aplicada o uso das principais ferramentas no processo de aprendizagem, e que garante um ensino de melhor qualidade com aprendizado significativo do discente. Entretanto através do aprimoramento das técnicas de uso de tais ferramentas, o docente terá condições de despertar, interesse pelo assunto abordado, relacionando os assuntos tratados com informações do cotidiano dos seus educandos.

2. EAD: CONCEITOS E TEORIAS

É interessante como alguns autores definem EAD; encontram-se vários conceitos. Contudo, alguns chamam mais a atenção. Vamos adotar aqui uma definição utilizada por Maia e Mattar (2007) no publicado ABC da EAD, dizem que a EAD é uma modalidade de educação em que professores e alunos estão separados, planejada por instituições e que utiliza diversas tecnologias de comunicação.

Em geral, a sigla EAD é utilizada para as atividades de ensino e aprendizagem em que o aluno e o professor estão separados fisicamente, o que as distingue do ensino presencial. Em EAD, ocorre uma separação geográfica e espacial entre o aluno e o professor, e mesmo entre os próprios alunos, ou seja, eles não estão presentes no mesmo lugar. (SANTOS, 2001).

A EAD prescinde, portanto, da presença física, em um lugar físico, para que ocorra a educação. Em muitos casos, a EAD é mesclada com encontros presenciais, e quando esses encontros são constantes, esse modelo é chamado de

semipresencial. Modelo esse que muitos autores consideram o ideal, principalmente se os alunos e a instituição de ensino ainda não têm experiência com o e-learning. Além da separação física, costuma-se também associar a EAD à separação temporal entre alunos e professores. (SANTOS, 2001).

Há atividades síncronas em EAD, em que professores e alunos precisam estar conectados na mesma hora, como chats, videoconferências interativas e, mais recentemente, plataformas virtuais como o Second Life. Entretanto, as atividades em EAD são principalmente assíncronas, nas quais professores e alunos estão separados no tempo.

O estudo à distância implica, portanto, não apenas a possibilidade de aprendizado sem que, no mesmo instante, os personagens envolvidos estejam participando das atividades, ao contrário do que ocorre normalmente no ensino tradicional e presencial. No entanto, esse distanciamento físico não implica um distanciamento humano, como veremos. A EAD, portanto, possibilita a manipulação do espaço e do tempo em favor da educação.

O aluno estuda onde e quando quer, onde e quando pode. Ele pode, por exemplo, passar algumas semanas sem se dedicar muito aos estudos, por diversos motivos, e durante uma ou duas semanas, então, dedicar-se com mais energia. Ou seja, o aluno se auto programa para estudar, de acordo com o seu tempo e a sua disponibilidade. Ao contrário do auto estudo espontâneo e individual, e de aulas particulares, a EAD é uma modalidade de ensino e aprendizagem planejada e apoiada por uma instituição de ensino. (SANTOS, 2001).

No caso do ensino superior, no Brasil, é preciso que uma instituição presencial seja credenciada pelo MEC, mas também existem outras iniciativas, como as universidades virtuais (a Universidade Aberta do Brasil é um exemplo disso), e também as universidades corporativas, que descobriram no e-learning uma eficiente forma de capacitar seus funcionários, reduzindo despesas de locomoção e mesmo de hospedagem. (SANTOS, 2001).

Para superar a distância entre alunos e professores, no tempo e no espaço, a EAD utiliza-se de diversas ferramentas de comunicação, que muitos chamam de NTICs (Novas Tecnologias de Informação e Comunicação).

Assim, a relação entre os alunos e professores passa a ser mediada pela tecnologia. Recentemente, a EAD passou a utilizar, com maior intensidade, tecnologias de telecomunicação e transmissão de dados, som e imagens que convergem cada vez mais para o computador. Hoje, são bastante utilizadas em EAD mídias eletrônicas e, principalmente, a Internet, mas isso não faz parte da definição mais ampla de EAD: pode ocorrer educação a distância, por exemplo, com material impresso enviado pelo correio. (SANTOS, 2001).

Portanto, é importante distinguir a EAD em geral, que pode envolver qualquer tipo de tecnologia de comunicação para mediar a relação entre alunos, professores, conteúdo e instituições, da EAD on-line (uma de suas divisões), que é também denominada e-learning, on-line learning, virtual learning, networked learning ou web-based learning. (SANTOS, 2001).

3. HISTÓRIA DA EAD

Apesar de muitos defenderem que se trata de uma nova ideia, a educação a distância já possui uma longa trajetória. Retornando vários séculos na história da humanidade, pode-se dizer que a Educação a Distância tem a idade da escrita. Nas sociedades orais, em que a escrita não está estabelecida, a comunicação é necessariamente presencial. Para que alguma informação seja transmitida, o emissor e o receptor da mensagem devem estar presentes, no mesmo momento e no mesmo local.

Segundo Mattar (2007) a partir da invenção da escrita, a comunicação liberta-se no tempo e no espaço: não é mais necessário que as pessoas estejam presentes, no mesmo momento e local, para que haja comunicação. Numa sociedade primitiva, ao contrário, não ocorre comunicação sem que a pessoa com quem desejasse nos comunicar esteja presente.

As primeiras manifestações escritas são os desenhos, geralmente em pedras, que procuram copiar ou imitar objetos. Ao desenhar em paredes de pedra, o homem

das cavernas já estaria exercitando a comunicação a distância. Alguns autores consideram as cartas de Platão e as Epístolas de São Paulo como exemplos iniciais e isolados de exercícios de Educação a Distância. Outros defendem que o ensino a distância tornou-se possível apenas com a invenção da imprensa, no século XV. (MATTAR, 2007).

Segundo Maia (2007) A escrita, inicialmente, possibilitou que pessoas separadas geograficamente se comunicassem e documentassem informações, obras e registros. A invenção de Gutenberg, por sua vez, facilitou esse processo, permitindo que as ideias fossem compartilhadas e transmitidas para um maior número de pessoas, o que intensificou os debates, a produção e a reprodução do conhecimento.

2.1 Primeira geração: cursos por correspondência

Mattar (2007) existem registros de cursos de taquigrafia a distância oferecida em anúncios de jornais desde a década de 1720. Entretanto, a EAD surge, efetivamente, em meados do século XIX, em função do desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, como trens e correio, especialmente com o ensino por correspondência. Podemos, assim, apontar como sua primeira geração os materiais primordialmente impressos e encaminhados pelo correio.

Rapidamente, várias iniciativas de criação de cursos a distância se espalharam, com o surgimento de sociedades, institutos e escolas. Os casos mais bem sucedidos foram os cursos técnicos de extensão universitária. Ainda havia na época, entretanto, uma grande resistência em relação a cursos universitários à distância, por isso, poucas foram as experiências duradouras, mesmo nos países mais desenvolvidos. (MAIA, 2007)

2.2. Segunda Geração: novas mídias e universidades abertas

A segunda geração da EAD caracteriza-se pela utilização de novas mídias como televisão, rádio, fitas de áudio e vídeo e telefone. As universidades abertas utilizarão intensamente mídias como rádio, televisão, vídeos, fitas cassetes e centros

de estudo, realizando diversas experiências pedagógicas. A partir dessas experiências, cresce o interesse pela EAD. Surgem, então, as mega-universidades abertas à distância, em geral, as maiores de seus respectivos países em número de alunos. Mattar (2007)

2.3. Terceira Geração: EAD on-line

Uma terceira geração introduziu a utilização do videotexto, do microcomputador, da tecnologia de multimídia, do hipertexto e de redes de computadores, caracterizando a EAD on-line. Por volta de 1995, com o crescimento explosivo da Internet, pode-se observar um ponto de ruptura na história da EaD, com o surgimento de várias associações de instituições de ensino a distância. (MATTAR, 2007).

A EAD tem se destacado a partir de sua terceira geração, conforme classificado por Maia e Mattar (2007), pois por meio das Tecnologias da Comunicação e Informação, tal modalidade de ensino tem conseguido atingir a um número considerável de sujeitos. (MATTAR, 2007).

Nesse sentido, vale citar Niskier (2009, p. 28) quando afirma que, “hoje, há mais de 800 mil alunos brasileiros frequentando cursos via EAD no nível superior, o que já é uma prova de que acordamos para o que é muito comum em universidades norte-americanas.”

QUADRO 1- Gerações de EAD segundo, Maia e Mattar (2007)

Geração	Forma	Recursos instrucionais tecnológicos básicos
Primeira	Ensino por Correspondência	Materiais impressos, livros, apostilas
Segunda	Novas mídias e universidades	Rádio, Vídeo, TV, Fitas cassetes
Terceira	EAD on-line	Internet, MP3, ambientes virtuais de aprendizagem (AVA),

		vídeos, animações 3D, redes sociais, fóruns
--	--	--------------------------------------------------------

Fonte: Feito pela autora.

4. A EAD NO MUNDO

Gonzalez (2005) evidencia os países que primeiro implantaram projetos em termos de divulgação de EAD no mundo, são eles: França, Espanha e Inglaterra. Afirma que foi na Suécia o primeiro registro de experiência com um Curso de Contabilidade, datada de 1833. Em seguida a Inglaterra iniciou, em 1840 e, em 1843 foi criada a Phonografic Corresponding Society.

Segundo esse autor a Open University, criada em 1962, mantém um sistema de consultoria, apoiando outras nações a fazer uma EAD de qualidade. Assim, em 1856 a Alemanha fundou o primeiro instituto de ensino de línguas por correspondência. Os EUA iniciam em 1874 com a Illinois Weeleyan University. O Paquistão a partir de 1974, a Universidade Aberta Allma Iqbal inicia a formação de docentes via EAD. (MATTAR, 2007).

Desde 1980, a Universidade Aberta de Sri Lanka tem procurado atender setores importantes para o desenvolvimento do país: profissões tecnológicas e formação docente. Na Tailândia, a Universidade Aberta Sukhothiai Thommathirat tem cerca de 400.000 alunos/as em diferentes setores e modalidades. A Universidade de Terbuka, na Indonésia, foi criada em 1984 para atender a uma forte demanda por estudos superiores; prevê alcançar 5 milhões de alunos/as. Na Índia, a Universidade Nacional Aberta Indira Ganghi objetiva atender à demanda de Ensino Superior.

No México, o Programa Universidade Aberta foi inserido na Universidade Autônoma do México em 1972 (GONZALES, 2005). Diante do exposto, percebe-se que não é uma prática nova levando em consideração que países mais desenvolvidos haviam iniciado essa prática no século passado.

5. A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

“A boa educação é moeda de ouro, em toda parte tem valor”

Padre Antônio
Vieira

Comparando o desenvolvimento da EAD no Brasil com a experiência mundial algumas diferenças saltam aos olhos. Num primeiro momento a EAD brasileira segue o movimento internacional, com oferta de cursos por correspondência. Entretanto, mídias como o rádio e a televisão serão exploradas intensamente e com bastante sucesso em nosso país, através de soluções específicas e, muitas vezes, criativas, antes da introdução da Internet. Além disso, no Brasil, as experiências das universidades abertas é retardada praticamente até há poucos anos, com a criação da Universidade Aberta do Brasil - UAB.

Seguem algumas referências do desenvolvimento da EAD em nosso país: (MAIA E MATTAR, 2007):

- 1904 – o Jornal do Brasil registra, na primeira edição da seção de classificados, anúncio que oferece profissionalização por correspondência para datilógrafo;
- 1923 – um grupo liderado por Henrique Morize e Edgard Roquette-Pinto criou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro que oferecia curso de Português, Francês, Silvicultura, Literatura Francesa, Esperanto, Radiotelegrafia e Telefonia. Tinha início assim a Educação a Distância pelo rádio brasileiro;
- 1934 – Edgard Roquette-Pinto instalou a Rádio–Escola Municipal no Rio, projeto para a então Secretaria Municipal de Educação do Distrito Federal. Os estudantes tinham acesso prévio a folhetos e esquemas de aulas, e também era utilizada correspondência para contato com estudantes;
- 1939 – surgimento, em São Paulo, do Instituto Monitor, o primeiro instituto brasileiro a oferecer sistematicamente cursos profissionalizantes a distância por correspondência, na época ainda com o nome Instituto Rádio– Técnico Monitor;

- 1941 – surge o Instituto Universal Brasileiro, segundo instituto brasileiro a oferecer também cursos profissionalizantes sistematicamente. Fundado por um ex-sócio do Instituto Monitor, já formou mais de 4 milhões de pessoas e hoje possui cerca de 200 mil alunos; juntaram-se ao Instituto Monitor e ao Instituto Universal Brasileiro outras organizações similares, que foram responsáveis pelo atendimento de milhões de alunos em cursos abertos de iniciação profissionalizante a distância. Algumas dessas instituições atuam até hoje. Ainda no ano de 1941, surge a primeira Universidade do Ar, que durou até 1944.
- 1947 – surge a nova Universidade do Ar, patrocinada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC) e emissoras associadas. O objetivo desta era oferecer cursos comerciais radiofônicos. Os alunos estudavam nas apostilas e corrigiam exercícios com o auxílio dos monitores. A experiência durou até 1961, entretanto a experiência do SENAC com a Educação a Distância continua até hoje;
- 1959 – a Diocese de Natal, Rio Grande do Norte, cria algumas escolas radiofônicas, dando origem ao Movimento de Educação de Base (MEB), marco na Educação a Distância não formal no Brasil. O MEB, envolvendo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e o Governo Federal utilizou-se inicialmente de um sistema rádio educativo para a democratização do acesso à educação, promovendo o letramento de jovens e adultos;
- 1962 – é fundada, em São Paulo, a Ocidental School, de origem americana, focada no campo da eletrônica;
- 1967 – o Instituto Brasileiro de Administração Municipal inicia suas atividades na área de educação pública, utilizando-se de metodologia de ensino por correspondência. Ainda neste ano, a Fundação Padre Landell de Moura criou seu núcleo de Educação a Distância, com metodologia de ensino por correspondência e via rádio;
- 1970 – surge o Projeto Minerva, um convênio entre o Ministério da Educação, a Fundação Padre Landell de Moura e Fundação Padre Anchieta, cuja meta era a

utilização do rádio para a educação e a inclusão social de adultos. O projeto foi mantido até o início da década de 1980;

- 1974 – surge o Instituto Padre Reus e na TV Ceará começam os cursos das antigas 5ª à 8ª séries (atuais 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental), com material televisivo, impresso e monitores;
- 1976 – é criado o Sistema Nacional de Teleducação, com cursos através de material instrucional;
- 1979 – a Universidade de Brasília, pioneira no uso da Educação a Distância, no ensino superior no Brasil, cria cursos veiculados por jornais e revistas, que em 1989 é transformado no Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância (CEAD) e lançado o Brasil EAD;
- 1981 – é fundado o Centro Internacional de Estudos Regulares (CIER) do Colégio AngloAmericano que oferecia Ensino Fundamental e Médio a distância. O objetivo do CIER é permitir que crianças, cujas famílias mudem-se temporariamente para o exterior, continuem a estudar pelo sistema educacional brasileiro;
- 1983 – o SENAC desenvolveu uma série de programas radiofônicos sobre orientação profissional na área de comércio e serviços, denominada “Abrindo Caminhos”;
- 1991 – o programa “Jornal da Educação – Edição do Professor”, concebido e produzido pela Fundação Roquete-Pinto tem início e em 1995 com o nome “Um salto para o Futuro”, foi incorporado à TV Escola (canal educativo da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação) tornando-se um marco na Educação a Distância nacional. É um programa para a formação continuada e aperfeiçoamento de professores, principalmente do Ensino Fundamental e alunos dos cursos de magistério. Atinge por ano mais de 250 mil docentes em todo o país;
- 1992 – é criada a Universidade Aberta de Brasília, acontecimento bastante importante na Educação a Distância do nosso país;

- 1995 – é criado o Centro Nacional de Educação a Distância e nesse mesmo ano também a Secretaria Municipal de Educação cria a MultiRio (RJ) que ministra cursos do 6º ao 9º ano, através de programas televisivos e material impresso. Ainda em 1995, foi criado o Programa TV Escola da Secretaria de Educação a Distância do MEC;
- 1996 – é criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED), pelo Ministério da Educação, dentro de uma política que privilegia a democratização e a qualidade da educação brasileira. É neste ano também que a Educação a Distância surge oficialmente no Brasil, sendo as bases legais para essa modalidade de educação, estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, embora somente regulamentada em 20 de dezembro de 2005 pelo Decreto nº 5.622 (BRASIL, 2005) que revogou os Decretos nº 2.494 de 10/02/98, e nº 2.561 de 27/04/98, com normatização definida na Portaria Ministerial nº 4.361 de 2004 (PORTAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃOa , 2010).
- 2000 – é formada a UniRede, Rede de Educação Superior a Distância, consórcio que reúne atualmente 70 instituições públicas do Brasil comprometidas na democratização do acesso à educação de qualidade, por meio da Educação a Distância, oferecendo cursos de graduação, pós-graduação e extensão. Nesse ano, também nasce o Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ), com a assinatura de um documento que inaugurava a parceria entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Ciência e Tecnologia, as universidades públicas e as prefeituras do Estado do Rio de Janeiro.
- 2002 – o Cederj é incorporado a Fundação Centro de Ciências de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro (Fundação CECIERJ).
- 2004 – vários programas para a formação inicial e continuada de professores da rede pública, por meio da EAD, foram implantados pelo MEC. Entre eles o Proletramento e as Mídias na Educação. Estas ações conflagraram na criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil.

- 2005 – é criada a Universidade Aberta do Brasil, uma parceria entre o MEC, estados e municípios; integrando cursos, pesquisas e programas de educação superior a distância.
- 2006 – entra em vigor o Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, incluindo os da modalidade a distância (BRASIL, 2006).
- 2007 – entra em vigor o Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, que altera dispositivos do Decreto nº 5.622 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2007).
- 2008 – em São Paulo, uma Lei permite o ensino médio a distância, onde até 20% da carga horária poderá ser não presencial.
- 2009 – entra em vigor a Portaria nº 10, de 02 julho de 2009, que fixa critérios para a dispensa de avaliação in loco e deu outras providências para a Educação a Distância no Ensino Superior no Brasil (BRASIL, 2009).
- 2011 – A Secretaria de Educação a Distância é extinta.

5.1 Alguns Problemas Observados na EAD no Brasil

Segundo (GONZALES, 2005) alguns problemas observados na EAD no Brasil estão relacionados com:

- Organização de projetos-piloto sem a adequada preparação de seu seguimento;
- Falta de critérios de avaliação dos programas projetos;
- Inexistência de uma memória sistematizada dos programas desenvolvidos e das avaliações realizadas (quando essas existiram);

- Descontinuidade dos programas sem qualquer prestação de contas à sociedade e mesmos aos governos e às entidades financiadoras;
- Inexistência de estruturas institucionalizadas para a gerência dos projetos e a prestação de contas de seus objetivos;
- Programas pouco vinculados às necessidades reais do país e organizados sem qualquer vinculação exata com programas de governo;
- Permanência de uma visão administrativa e política que desconhece os potenciais e as exigências da educação a distância, fazendo com que essa área sempre seja administrada por pessoal sem a necessária qualificação técnica e profissional;
- Pouca divulgação dos projetos, inexistência de canais de interferência social nos mesmos;
- Organização de projetos-piloto somente com finalidade de testagem de metodologias.

5.2 Alguns Benefícios Observados na EAD no Brasil

De acordo com (SEBASTIÁN RAMOS, 1990:22):

- A abertura: uma diversidade e amplitude de oferta de cursos, com a eliminação do maior número de barreira e requisitos de acesso, atendendo a uma população numerosa e dispersa, com níveis e estilos de aprendizagem diferenciados, para atender à complexidade da sociedade moderna;
- A flexibilidade: de espaço, de assistência e tempo, de ritmos de aprendizagem, com distintos itinerários formativos que permitam diferentes entradas e saídas e a combinação trabalho/estudo/família, favorecendo, assim, a permanência em seu entorno familiar e laboral;

- A adaptação: atendendo às características psicopedagógicas de alunos que são adultos;
- A eficácia: o estudante, estimulado a se tornar sujeito de sua aprendizagem, a aplicar o que está apreendendo e a se auto avaliar, recebe um suporte pedagógico, administrativo, cognitivo e afetivo, através da integração dos meios e uma comunicação bidirecional; * a formação permanente: há uma grande demanda, no campo profissional e pessoal, para dar continuidade à formação recebida “formalmente” e adquirir novas atitudes, valores, interesses, etc.
- A economia: evita o deslocamento, o abandono do local de trabalho, a formação de pequenas turmas e permite uma economia de escala.

5.3 EAD hoje

Segundo (MAIA E MATTAR, 2007. Pág. 23) atualmente, dezenas de países, independentemente do seu grau de desenvolvimento econômico, atendem milhões de pessoas utilizando a educação a distância em todos os níveis, utilizando sistemas mais ou menos formais. São inúmeras as instituições que oferecem cursos nessa modalidade, desde disciplinas isoladas até programas completos de graduação e pós-graduação. Em alguns casos, esses cursos são oferecidos por instituições que também oferecem cursos presenciais, mas, em outros casos, temos instituições de ensino voltadas exclusivamente para o ensino à distância.

Destacam-se as universidades virtuais, que não possuem campus, apenas um banco de dados de colaboradores e uma oferta de cursos à distância, as click universities, em oposição às tradicionais brick universities (universidades de tijolo). As universidades abertas européias oferecem cursos à distância. (MAIA E MATTAR, 2007).

Fora da Europa, também há um grande número de instituições especializadas em EAD, fundadas em geral nas décadas de 1970 e 1980. Nos Estados Unidos, a EAD também alcançou grande desenvolvimento pioneiramente com as International

Correspondence Schools (ICS), direcionadas para os estudos em casa. Deve-se destacar, também, a intensa utilização da EaD pelas empresas, o que caracteriza o que se chama de EaD Corporativa, que deu origem, na década de 1990, às universidades corporativas, que analisaremos mais adiante.

Além disso, inúmeras associações, organizações e consórcios procuram direcionar os esforços em educação a distância, como: ICDE – International Council of Open and Distance Education; COL – Commonwealth of Learning, uma instituição intergovernamental; CADE – Canadian Association for Distance Education; EADTU – European Association of Distance Teaching Universities; EDEN – European Distance and E-Learning Network; EuroPACE; AAOU – Asian Association of Open Universities; AVU – African Virtual University; ODLAA – Open and Distance Learning Association of Australia; dentre outras. (MAIA E MATTAR, 2007).

6. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA PRÁTICA EDUCATIVA MEDIADORA E MEDIATIZADA

A EAD, enquanto prática educativa deve considerar esta realidade e comprometer-se com os processos de libertação do homem em direção a uma sociedade mais justa, solidária e igualitária. Enquanto prática mediatizada, deve fazer recurso à tecnologia, entendida como “um processo lógico de planejamento, como um modo de pensar os currículos, os métodos, os procedimentos, a avaliação, os meios, na busca de tornar possível o ato educativo” (MAROTO, 1995). Exige-se, pois, uma organização de apoio institucional e uma mediação pedagógica que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo.

Para Lorenzo García Aretio (1995), a EAD distingue-se da modalidade de ensino presencial por ser “um sistema tecnológico de comunicação bidirecional que pode ser massivo e que substituem a interação pessoal na sala de aula entre professor e aluno como meio preferencial de ensino pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e o apoio de uma organização e tutoria que propiciam uma aprendizagem independente e flexível”.

São, pois, elementos constitutivos da Educação a Distância: a “distância” física professor-aluno: a presença física do professor ou do autor, isto é do interlocutor, da pessoa com quem o estudante vai dialogar não é necessária e indispensável para que se dê a aprendizagem. Ela se dá de outra maneira, “virtualmente”; de estudo individualizado e independente: reconhece-se a capacidade do estudante de construir seu caminho, seu conhecimento por ele mesmo, de se tornar autodidata, ator e autor de suas práticas e reflexões; um processo de ensino-aprendizagem mediatizado: a EAD deve oferecer suportes e estruturar um sistema que viabilizem e incentivem a autonomia dos estudantes nos processos de aprendizagem. (MAROTO, 1995).

E isso acontece “predominantemente através do tratamento dado aos conteúdos e formas de expressão mediatizados pelos materiais didáticos, meios tecnológicos, sistema de tutoria e de avaliação” (MAROTO, 1995); o uso de tecnologias: os recursos técnicos de comunicação, que hoje têm alcançado um avanço espetacular (correio, rádio, TV, audiocassete, hipermídia interativa, Internet), permitem romper com as barreiras das distâncias, das dificuldades de acesso à educação e dos problemas de aprendizagem por parte dos alunos que estudam individualmente, mas não isolados e sozinhos.

Oferecem possibilidades de se estimular e motivar o estudante, de armazenamento e divulgação de dados, de acesso às informações mais distantes e com uma rapidez incrível; a comunicação bidirecional: o estudante não é mero receptor de informações, de mensagens; apesar da distância, busca-se estabelecer relações dialogais, criativas, críticas e participativas. (MAROTO, 1995).

A essência, pois, da EAD é a relação educativa entre o estudante e o professor que não é direta, mas “mediada e mediata” (SEBASTIÁN RAMOS, 1990:22), pois se vale de meios diversos e diferentes da explicação e a relação cara a cara, que se realiza em momentos e lugares diferentes da presencial, fazendo uso de uma organização de apoio.

A EAD é, pois, uma alternativa pedagógica de grande alcance e que deve utilizar e incorporar as novas tecnologias como meio para alcançar os objetivos das práticas educativas implementadas, tendo sempre em vista as concepções de homem e sociedade assumidas e considerando as necessidades das populações a que se pretende servir. (MAROTO, 1995).

A EAD coloca-se, então, como um conjunto de métodos, técnicas e recursos, postos à disposição de populações estudantis dotadas de um mínimo de maturidade e de motivação suficiente, para que, em regime de autoaprendizagem, possam adquirir conhecimentos ou qualificações a qualquer nível. A EAD cobre distintas formas de ensino aprendizagem em todos os níveis que não tenha a contínua supervisão imediata de professores presentes com seus alunos na sala de aula, mas que, no entanto, se beneficiam do planejamento, guia, acompanhamento e avaliação de uma organização educacional. (MAROTO, 1995).

A Educação a Distância, porém, não deve ser simplesmente confundida com o instrumental, com as tecnologias a que recorre. Deve ser compreendida como uma prática educativa situada e mediatizada, uma modalidade de se fazer educação, de se democratizar o conhecimento. É, portanto, uma alternativa pedagógica que se coloca hoje ao educador que tem uma prática fundamentada em uma racionalidade ética, solidária e compromissada com as mudanças sociais. (SEBASTIÁN RAMOS, 1990:31).

7. GESTÃO, ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DE CURSOS EM EAD

No contexto da EAD online, é comum verificarmos denominações diferenciadas para o professor: tutor, moderador, mediador. Segundo a Associação Brasileira de Educação a Distância (2011), existe dificuldade de consenso quanto à utilização do termo adequado para indicar a atuação de quem apoia e acompanha o aluno em um processo educacional desenvolvido a distância. Há diversos modelos de educação a distância, mas, na implantação dos cursos, o acompanhamento dos alunos por profissionais da área de educação faz parte de todos eles. (MAROTO, 1995).

Vilarinho e Cabanas (2007) discutiram o papel do tutor na EAD online, mostrando a dificuldade de definir a atuação desse profissional dissociada da forma de ação do professor. As autoras envolveram 18 professores que atuam como tutores em cursos a distância em sua pesquisa e, dentre os resultados obtidos, colocam em dúvida a existência das diferenças entre os papéis de professor e de tutor, pondo em cheque a distinção das nomenclaturas aplicadas nos cursos online.

Essas referidas autoras mostram que não há definição a respeito das funções do tutor que possam diferenciá-lo do professor.

Kenski (2007b, p.1), em relato de pesquisa na qual levantou as funções do professor/tutor com vistas a identificar as competências desse profissional em cursos online oferecidos pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), utilizou ambos os termos para referir-se aos profissionais que “realizam interações e mediações via Internet”, com intencionalidade pedagógica. Salmon (2004) emprega o termo “e-moderator” no decorrer de seu livro, em tradução literal “moderador eletrônico”, para referir-se ao profissional que ensina online: o professor.

Gonzáles (2005) insere o professor e o professor-tutor como elementos diferenciados que integram um sistema educacional em EAD. Para ele, o professor é denominado coordenador de aprendizagem, sendo um professor com amplos conhecimentos nas disciplinas que compõem determinado curso.

7.1. Professor-tutor

Já o professor-tutor é aquele componente do sistema educacional em EAD a quem cabe mediar todo o desenvolvimento do curso. É ele quem responde a todas as dúvidas apresentadas pelos estudantes, no que diz respeito ao conteúdo da disciplina oferecida. A ele cabe também mediar a participação dos estudantes nos chats, estimulá-los a participar e cumprir suas tarefas, e avaliar a participação de cada um. (GONZALES, 2005, p.40)

Dias (2008), ao discutir as ações dos atores em comunidades de aprendizagem, refere-se ao responsável pela sustentabilidade do projeto de aprendizagem do grupo online como sendo o “moderador”. Esse, segundo o referido autor, deve dinamizar as ações na comunidade de aprendizagem, recebendo também a função de integrar os conteúdos e os contextos na busca da aprendizagem. O moderador, nesse caso, pode ser comparado ao agente promotor das interações e integrações na comunidade, na busca da aprendizagem.

Seno e Belhot (2009) também utilizam a nomenclatura “professor” para distinguir três categorias de professores que atuam no ambiente de EAD, a saber:

professor conteudista, professor responsável, e professor tutor. Este último exerce um papel importante no processo, acompanhando e atendendo o aluno durante seu caminho para a aprendizagem.

Gatti e Barreto (2009) inserem o tutor como elemento que participa do processo educacional em EAD, porém exercendo atividades docentes de forma muito precária. O tutor aparece como um dos elementos mais frágeis de um processo de transformação e esvaziamento do trabalho docente, em que pese a aposta centrada nos materiais ditos “autossuficientes” e nas tecnologias empregadas para a sua produção e disseminação.

As formas de contrato e pagamento dos tutores não são compatíveis com a montagem de um sistema regular de educação. A condição que está sendo difundida para a sua contratação torna o vínculo do tutor com o programa extremamente vulnerável e não permite investir sistematicamente no seu aperfeiçoamento em serviço (GATTI; BARRETO, 2009).

Já Tori (2003) valoriza o profissional que denomina de professor, na medida em que estuda a eliminação das distâncias entre o aluno e a sua aprendizagem, com a proposição de atividades capazes de proporcionar uma maior aproximação do aluno ao processo educacional no qual esteja inserido, seja presencial ou a distância.

Dessa forma, em um processo educacional, o professor é aquele que tem importância sobreposta ao que Tori (2010) denomina de tecnologias interativas (multimídia, hipermídia, jogos e realidade virtual), uma vez que deve conhecê-las e saber fazer uso delas, por meio da proposição de atividades que permitam que os alunos sintam-se mais próximos do caminho para a aprendizagem. Ainda segundo Tori (2003, p.9), “as tecnologias interativas conseguem minimizar substancialmente os efeitos da distância na aprendizagem”. Para que seu potencial possa ser convertido em ação, cabe ao professor aplicá-las na medida exata para obter bons resultados em termos de aprendizagem, o que determina a importância de sua atuação ante essas tecnologias.

7.2. Orientador do Ambiente

O orientador segundo (GONZALES 2005, pag. 40) é o especialista em computação. Ele deve ter amplo conhecimento de plataforma virtual que os cursos utilizarão, pois uma de suas funções é orientar os estudantes a utilizar o ambiente virtual do curso. Problemas de acesso, impressão de documentos, recebimento e envio de e-mails e com tudo que diga respeito à máquina estão relacionados ao orientador do ambiente.

7.3. Os Recursos de um Ambiente em EAD

De acordo com (GONZALES, 2005) elas organizam e subsidiam a dinâmica de um curso e são utilizadas pelo professor para disponibilizar material didático de apoio às atividades dos alunos. São representadas por diversas ferramentas que podem ser encontradas nos ambientes virtuais de aprendizagem. No geral, elas são denominadas pela funcionalidade que lhes é atribuída. São ferramentas que oferecem os recursos para informar, orientar e avaliar o desenvolvimento do curso. Tais ferramentas podem ser divididas:

A) Ferramentas de organização do curso ou coordenação do processo

São ferramentas que informa aos alunos como ocorrerá o curso, tempo de duração, os objetivos do curso, o que é esperado dos alunos, avaliação, etc. Aqui estão os recursos de **Estrutura do Ambiente** (descrição dos recursos), **Dinâmica do Curso** (plano do curso) e **Agenda** (divulgação da proposta de trabalho, que pode ser organizada em Módulos, Semanas, etc).

B) Ferramentas de apoio do professor ou de coordenação Pedagógica

São ferramentas que possibilita a publicação das **Atividades** do curso, **Material de Apoio** (guias, tutoriais) e **Leituras**(textos de referência, sites na Internet, etc.). O recurso **Perguntas Frequentes** reúne as perguntas mais comuns dos alunos e a resposta do professor. A **Parada Obrigatória** é um espaço para reflexão e questionamento.

7.4. Ferramentas de Administração

Para Maroto (1995) são ferramentas de apoio ao formador no gerenciamento da parte administrativa do curso: Gerenciamento do curso: Oferece os recursos para o Coordenador do curso e Formadores (professores) administrarem o cronograma do curso, inscrições, ferramentas disponíveis do ambiente, etc. B - Gerenciamento de alunos: Ferramenta que fornece acesso a relatórios sobre o acesso, frequência no ambiente utilização das ferramentas por parte dos usuários. C - Ferramenta de apoio à autoria: Ferramentas que permitem ao professor transferir para o ambiente todo o material didático que necessita, atualizar agenda e habilitar outras ferramentas. que permitem ao formador transferir para o Ambiente todo o material didático que necessita, além de atualizar a Agenda, a Dinâmica e possibilitar a seleção de ferramentas.

7.5. Ferramentas de Comunicação

Reúnem o Fóruns de Discussão, Bate-papo e Correio, internos ao ambiente. Ferramentas de produção dos alunos ou Cooperação. São espaço de publicação e organização do trabalho dos alunos, através do Portfólio e Diário de Bordo. Mural (espaço para pequenos recados), o Perfil é um espaço de apresentação dos participantes do curso. O recurso Grupos permite a organização dos alunos e oferece um espaço comum de publicação, o Portfólio do Grupo. (MAROTO, 1995).

8. INCLUSÃO SOCIAL

Muitos são os projetos da iniciativa pública e, também, de setores privados da sociedade que têm brotado nos diversos municípios brasileiros, com o intuito de promover a inclusão digital a todos os cidadãos, pois, constata-se que cada vez mais as tecnologias estão avançando e ocupando espaço na vida das pessoas. Muitos consideram que este é um caminho sem volta, ou seja, depois de introduzido o uso das tecnologias, as mesmas serão cada vez mais empregadas por um número cada vez maior de setores da sociedade. (SAKAGUTI, 2008).

Ainda segundo (SAKAGUTI, 2008) desde aqueles que desenvolvem as atividades mais elementares da cadeia de serviços até os altos executivos, todos têm que ter domínio de algum tipo de tecnologia. Exemplificando: Muitas são as empresas que realizam o pagamento do salário de seus funcionários através de depósito em conta bancária e, para ter acesso a seus rendimentos, a pessoa necessariamente precisa “dialogar” com um terminal bancário eletrônico/automático, utilizando como forma de acesso o cartão bancário com login e senha pessoais. Também aqueles que são responsáveis por realizar o depósito na conta dos funcionários necessitam domínio de tecnologia.

Aos poucos, são lançados mais e mais livros, jornais e revistas no formato eletrônico, os e-books e, assim, podem ser listados mais e mais exemplos da necessidade atual de promoção da inclusão digital. Aquela pessoa que não está incluída digitalmente, também vai sendo, pouco a pouco, excluída socialmente. É só observarmos as pessoas que ficaram à margem do desenvolvimento tecnológico e que não se integraram a ele, como se relacionam com os novos produtos e serviços oferecidos: a TV, que oferece inúmeros canais, não sai do canal preferido/escolhido por ela; utilizar as novas tecnologias da informação e comunicação é algo muito difícil de ocorrer. (SAKAGUTI, 2008).

Também para que ocorra a inclusão social a modalidade de ensino abordada neste artigo pode auxiliar, através da oferta de cursos de capacitação, certificação e de cursos profissionalizantes, garantida pelos Artigos 40 e 41 da Lei 9394/96: No Art. 40, tem-se a educação profissional na modalidade à distância contemplada: “Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”. (BRASIL, 1996).

No Art. 41, observam-se regras para a certificação de estudos. (BRASIL,1996). Não trata explicitamente da EAD, mas deixa evidente a possibilidade lógica para tal interpretação: “Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos”. Além disso, “O Art. 61 menciona a capacitação em serviço, que pode ser feita através de

EAD, para que o aluno/funcionário não tenha a necessidade de afastar-se de seu local de trabalho” enquanto realiza tais cursos. Não só a legislação apresenta as possibilidades de inclusão através da oferta de cursos na modalidade de ensino Educação a Distância, mas, também, inúmeros artigos científicos relatam projetos e resultados de pesquisas neste sentido. (BRASIL, 1996).

Além da Legislação em vigor (que garante o caráter legal da oferta dos cursos), de projetos, pesquisas e dos artigos científicos publicados (que registram formalmente a comprovação de que esta modalidade de ensino promove a inclusão, nos seus mais diversos aspectos, tanto individual como coletivamente), isso sem levar em conta as inúmeras outras publicações e encontros, organizados, formais ou não, que tratam deste assunto, a temática da inclusão através da modalidade de ensino Educação a Distância vem sendo abordada e discutida profunda e exaustivamente, como foi o caso do 3.º Encontro de Educação a Distância, promovido pelo CIEE e pela ABED, no dia 27 de novembro de 2008, em comemoração ao Dia Nacional da EAD que concluiu que a Educação à Distância (EaD) é uma ferramenta valiosa para a inclusão profissional, econômica e social dos brasileiros que vivem em regiões carentes de pólos de ensino superior ou profissionalizante, além daqueles que já estão inseridos no mercado de trabalho, mas não dispõem de condições necessárias para seguir um curso presencial. (BRASIL, 1996).

9. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA AVANÇOS OU RETROCESSOS

“A cultura forma sábios; a educação,
homens”

Louis

Bonal

Segundo Camila Marques (2004) o ensino à distância tem se tornado em todo o mundo uma maneira muito importante para a promoção de oportunidades para muitas pessoas, devido a facilidade que dispões de romper barreiras como: distância, o difícil acesso e a falta de tempo que vivencia o povo atualmente, por

serem muito ocupados, o ensino a distância facilita que cada um faça o seu horário de acordo com o tempo que dispõe e escolha cursos que não tenham a possibilidade de participar em aulas presenciais, também facilita às pessoas não se arriscarem saindo de casa para enfrentar o trânsito que hoje em dia nas grandes cidades é caótico, e ainda diminui os riscos que elas se expõem à violência, pois principalmente o trabalhador que necessita de estudar à noite nos grandes centros urbanos, às vezes deixam de participar de formações e cursos importantes por estarem muito expostos à noite, à violência das grandes cidades. (SAKAGUTI, 2008).

Também atende grandes contingentes de alunos, sem risco de atingir a qualidade do ensino pelos números de alunos atendidos, apesar de essa modalidade de ensino exigir um maior comprometimento do aluno, muita disciplina e vontade de aprender, nesse caso é necessário autonomia para concluir o curso, mas isso é muito importante num país como o Brasil que está em crescimento e que a educação apresenta muitos impasses para o aluno, ele terá oportunidade de desenvolver sua autonomia e participar efetivamente de mais cursos com uma qualidade melhor se tiver interesse. (SAKAGUTI, 2008).

Marques (2004) ressalta em seus estudos que a educação à distância, possui uma relevância social muito importante, pois permite o acesso ao sistema àqueles que vêm sendo excluído do processo educacional superior público, por morarem longe das universidades ou por indisponibilidade de tempo ou horários tradicionais de aula, uma vez que a educação à distância contribui para a formação de profissionais sem deslocar de seus municípios.

Essa flexibilidade possibilita ao aluno estudar no local e horário que melhor o convier, não tendo que frequentar aulas com horário e local determinado pela instituição de ensino, ele poderá decidir seu próprio ritmo de estudo, porém é necessário ter autonomia para isso, porque a mesma flexibilidade que é avanço, pode transformar-se em retrocesso para quem não tem hábito de estudo independente, porque estudar pelo ensino à distância requer disciplina. (SAKAGUTI, 2008).

A motivação também é um fator fundamental para o bom desempenho do aluno, por auxiliarem a vencer barreiras e obter sucesso, por isso é necessário professores, tutores especializados para atenderem necessidades específicas, planejadores e administradores que utilizem técnicas de motivação desenvolvidas por psicólogos e educadores visando minimizar as dificuldades mais comuns apresentadas pelos cursistas. (SAKAGUTI, 2008).

Isso facilitará o bom desempenho dos alunos, porque a população cresce aceleradamente no Brasil, e o acesso à educação presencial fica mais difícil, então é necessário formação de nova cultura na sociedade que facilite as exigências para a formação, pois no ensino presencial a exigência de frequência obrigatória de 75% de aulas ministradas em países extensos como nosso requer mais espaços físicos construídos, qualificação profissional e desembolso de recursos financeiros pelo aluno. (SAKAGUTI, 2008).

De acordo com Chaves (2000), esta tendência crescente recentemente de combinar vários meios de comunicação e usá-las em um só programa ou curso, facilitou a proliferação de mais cursos à distância, com qualidade melhor e mais adesão por parte dos cursistas, no entanto o texto impresso continua sendo básico e não pode ser menosprezado, principalmente em países de grande extensão como o Brasil, pois esse é um meio de comunicação econômico e eficiente que facilita a implementação e a manutenção desse tipo de ensino nas regiões onde o uso dos meios de comunicação mais modernos e tecnologicamente sofisticados ainda não vigoram.

10. REGULAMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTANCIA NO BRASIL

No Brasil, as bases legais para a modalidade de educação a distância foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que foi regulamentada pelo Decreto n.º 5.622, publicado no D.O.U. de 20/12/05 (que revogou o Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, e o Decreto n.º 2.561, de 27 de abril de 1998) com normatização definida na Portaria Ministerial n.º 4.361, de 2004 (que revogou a Portaria Ministerial n.º 301, de 07 de abril de 1998).

De acordo com o Art. 30º do Decreto n.º 5.622/05, "As instituições credenciadas para a oferta de educação a distância poderão solicitar autorização, junto aos órgãos normativos dos respectivos sistemas de ensino, para oferecer os ensinos fundamental e médio a distância, conforme § 4º do art. 32 da Lei no 9.394, de 1996, exclusivamente para: "I - a complementação de aprendizagem; o II - em situações emergenciais".

Para oferta de cursos a distância dirigidos à educação fundamental de jovens e adultos, ensino médio e educação profissional de nível técnico, o Decreto n.º 5.622/05 delegou competência às autoridades integrantes dos sistemas de ensino de que trata o artigo 8º da LDB (Lei no 9.394, de 1996), para promover os atos de credenciamento de instituições localizadas no âmbito de suas respectivas atribuições

Assim, as propostas de cursos nesses níveis deverão ser encaminhadas ao órgão do sistema municipal ou estadual responsável pelo credenciamento de instituições e autorização de cursos (Conselhos Estaduais de Educação) - a menos que se trate de instituição vinculada ao sistema federal de ensino, quando, então, o credenciamento deverá ser feito pelo Ministério da Educação. (SAKAGUTI, 2008).

No caso da oferta de cursos de graduação e educação profissional em nível tecnológico, a instituição interessada deve credenciar-se junto ao Ministério da Educação, solicitando, para isto, a autorização de funcionamento para cada curso que pretenda oferecer. O processo será analisado na Secretaria de Educação Superior, por uma Comissão de Especialistas na área do curso em questão e por especialistas em educação a distância. (SAKAGUTI, 2008).

O Parecer dessa Comissão será encaminhado ao Conselho Nacional de Educação. O trâmite, portanto, é o mesmo aplicável aos cursos presenciais. A qualidade do projeto da instituição será o foco principal da análise. Para orientar a elaboração de um projeto de curso de graduação a distância, a Secretaria de Educação a Distância elaborou o documento Indicadores de qualidade para cursos de graduação a distância, disponível no site do Ministério para consulta. As bases legais são as indicadas no primeiro parágrafo deste texto.

No caso das Pós-graduação à distância possibilidade de cursos de mestrado, doutorado e especialização a distância foi disciplinada pelo Capítulo V do Decreto n.º 5.622/05 e pela Resolução nº 01, da Câmara de Ensino Superior - CES, do Conselho Nacional de Educação-CNE, em 3 de abril de 2001. O artigo 24 do Decreto n.º 5.622/05, tendo em vista o disposto no § 1º do artigo 80 da Lei nº 9.394, de 1996, determina que os cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) a distância serão oferecidos exclusivamente por instituições credenciadas para tal fim pela União e obedecem às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento estabelecidos no referido Decreto. (BRASIL, 2005).

No artigo 11, a Resolução nº 1, de 2001, também conforme o disposto no § 1º do art. 80 da Lei nº 9.394/96, de 1996, estabelece que os cursos de pós-graduação lato sensu a distância só poderão ser oferecidos por instituições credenciadas pela União diz: “Os cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos a distância deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial de monografia ou trabalho de conclusão de curso”.

10.1. Diplomas e certificados de cursos a distância emitidos por instituições estrangeiras

Conforme o Art. 6º do Dec. 5.622/05, os convênios e os acordos de cooperação celebrados para fins de oferta de cursos ou programas a distância entre instituições de ensino brasileiras, devidamente credenciadas, e suas similares estrangeiras, deverão ser previamente submetidos à análise e homologação pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino, para que os diplomas e certificados emitidos tenham validade nacional. (BRASIL, 2005).

A Resolução CES/CNE 01, de 3 de abril de 2001, relativa a cursos de pós-graduação, dispõe, no artigo 4º, que "os diplomas de conclusão de cursos de pós-graduação stricto sensu obtidos de instituições de ensino superior estrangeiras, para terem validade nacional, devem ser reconhecidos e registrados por universidades brasileiras que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados na

mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior ou em área afim. (BRASIL, 2001).

De acordo com o PARECER CNE/CEB 41/2002 - HOMOLOGADO a Lei 9394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, “o Poder Público incentivará (o tempo do verbo, indica “dever”) o desenvolvimento e a veiculação de programa de ensino a distância em todos os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada”. Portanto, além de tornar a EAD possível em quase todos os níveis e modalidades de ensino e de educação, ordenou ao Poder Publico que a incentivasse, e não que a limitasse. Além disso, o § 1º do artigo 80 estabelece que a EAD será organizada com abertura e regime especiais, o que constitui uma das características essenciais de sua definição, impedindo que ela seja avaliada com critérios idênticos ou semelhantes aos do ensino presencial. (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, a LDB 9394/96 avança em relação às primeiras abordagens conceituais relativas a essa modalidade de ensino. De início, a educação à distância foi definida pelo que não era, tomando-se um referencial externo ao seu próprio paradigma, estabelecendo comparação imediata com a educação presencial, também denominada educação convencional, direta ou face-a-face, onde o professor, presente na sala de aula, é a figura central. (BRASIL, 1996).

No Brasil, até hoje, muitos costumam seguir o mesmo caminho, preferindo tratar a educação à distância a partir da comparação com a modalidade presencial. Esse comportamento não é de todo incorreto, mas promove um entendimento parcial do que é a educação à distância e, em alguns casos, estabelece termos de comparação pouco científicos.

O Plano Nacional de Educação 2014/2024 estabelece que o incentivo ao desenvolvimento de programas de educação à distância inclui se permitir a multiplicação de iniciativas, dentro do espírito geral da liberdade de imprensa consagrada pela Constituição. Apesar de seus méritos indiscutíveis e das várias experiências bem sucedidas no Brasil e em outros países, a implementação da educação à distância enfrenta dificuldades. (BRASIL, 2014).

Os principais obstáculos são: a desinformação a respeito do tema, os preconceitos daqueles que não conseguem libertar-se do ensino convencional e enfrentar um novo paradigma; a falta de pessoal preparado para o planejamento, produção, implantação e administração de sistemas de educação a distância, e, nos últimos dois anos, a multiplicação de experiências sem controle de qualidade.

Para muitas pessoas, o desconhecimento leva a considerar a EAD uma alternativa pobre, de segunda categoria, incapaz de provocar aprendizagem. É verdade que, lamentavelmente, experiências feitas sem o menor compromisso com o desenvolvimento dos alunos reforçam os preconceitos existentes. Pelas determinações legais e pelas próprias características da EAD, descritas no Parecer, o controle, pelo poder público, da qualidade dos cursos e a supervisão das condições de instalação e oferta da Educação a Distância não podem ocorrer da mesma forma com que se procede, até o momento, na chamada educação presencial. Esta é oferecida e recebida no mesmo ambiente, sendo possível avaliar “in loco” as condições em que se dá. A linguagem, os instrumentos e os recursos da educação a distância não são os mesmos, pois o termo “à distância” remete ao emprego de meios de comunicação não presenciais, tornando essa forma de educação substancialmente diversa, metodologicamente, do regime escolar em que a relação aluno-professor é imediata e direta.

O acompanhamento, a orientação, a avaliação e a supervisão tornam-se impossíveis de serem feitas nos moldes tradicionais, posto que os alunos estejam espalhados por todo o espaço de alcance dos instrumentos tecnológicos adotados no curso. Entretanto, as normas para a realização da educação a distância não deverão ser menos rigorosas do que as da educação presencial, devendo elas assegurar a promoção e consolidação da educação à distância de qualidade e com credibilidade junto à comunidade.

Diante desse desafio e da dificuldade de controle da oferta, inerente às próprias condições da educação à distância, que pode atingir um número imenso de alunos, a um custo que, com o tempo, pode se tornar menor, oferecendo a educação de “pronta resposta”, impõe-se o estabelecimento de normas específicas para sua implementação.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade atual com a questão digital e o avanço tecnológico a internet vem favorecendo os Cursos a Distância, as possibilidades vão sendo ampliadas, pode-se ter uma Educação a Distância espelhada na Educação presencial, onde os alunos através da internet assistem aulas de professores com conteúdos audiovisuais, e as avaliações podem ser feitas em tempo real e com determinado tempo de duração. Como o aluno e o professor não precisam estar presentes em um mesmo espaço físico ao mesmo tempo, ou seja, oferece uma flexibilidade de horários e o discente pode gerenciar seu estudo.

A Educação a Distância permitiu que as pessoas que moram em locais distantes de centros urbanos passassem a dispor de uma formação profissional. A EAD atingiu o mesmo objetivo dos cursos presenciais que é capacitar/ qualificar os profissionais para que aumentem sua produtividade e tragam resultados positivos, conseguindo avançar na carreira e ingressando no mercado de trabalho.

Diante do exposto pode-se concluir que o ensino à distância veio para contribuir com a melhoria da educação utilizando de aspectos em várias modalidades desde o ensino básico, às universidades, formações continuadas de profissionais, cursos diversos, palestras, etc., porque atinge um contingente amplo de pessoas, devido ao desenvolvimento de novas tecnologias de informática, telecomunicações etc.

12. REFERÊNCIAS

ARMANDO, José; BIANCONCINI, Maria. et al. **Formadores de educadores a distância e integração de mídia**. São Paulo: Avercamp, 2007.

BRASIL. **Legislação de Educação à Distância**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm. Acesso em: 20.09.2015.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0041_2002.pdf. Acesso em: 29.09.2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. ed. 31, São Paulo, Paz e Terra, 2005.

GONZALES, Mathias. **Fundamentos da Tutoria em Educação a Distância**. São Paulo: Avercamp, 2007.

MAIA, Carmem; MATTAR, João. **ABC da EaD**.1 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MARQUES, Camila, da Folha Online, **A Educação à Distância em Instituições de Ensino Superior** Disponível em: www1.folha.uol.com.br/.../educacaoadistanciavantagensedesvantagens – Acesso em: 28.09.2015.

MORAN, J. M. **O que é Educação a Distância**. Universidade de São Paulo. Disponível em: www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>. Acesso em: 20.09.2015.

NEVES, Carmen Moreira de C. **O Desafio Contemporâneo da Educação a Distância**. In: **Em aberto**, Brasília, ano 16, n.70, abr/jun 1996.

OLIVEIRA, Elsa Guimarães. **Educação a distância na transição paradigmática**. 2 ed. São Paulo: Papyrus, 2003.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 4.ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2001. 144p.

VALENTE, José. PRADO, Elisabette. **Educação a Distância Via Internet**. São Paulo: Avercamp, 2003.